

# Regimento é polêmico para os constituintes

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Os deputados e senadores eleitos para a Assembleia Constituinte chegaram a Brasília, no dia 1º de fevereiro, para a instalação solene, sem saber o que vão fazer. Muitos não sabem, até, se devem ou não prestar o compromisso de cumprir e defender a atual Constituição.

Pelo regimento interno da Câmara, ao assumir o mandato cada deputado terá de afirmar: "Prometo guardar a Constituição Federal, desempenhar fiel e lealmente o mandato que me foi confiado e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil". Diz o texto regimental que o candidato diplomado não poderá modificar a afirmação, nem apresentar, no ato do compromisso, declaração de voto, oral ou escrito. Não se considera investido no mandato quem deixar de prestar o compromisso nos estritos termos regimentais.

O deputado eleito pelo PMDB do Rio Grande do Sul, Nelson Jobim, ex-presidente seccional da OAB, propõe nova declaração de compromisso: "Prometo, como constituinte, trabalhar com denodo para a elaboração de uma Constituição que responda às aspirações do povo brasileiro. Prometo, como deputado federal, guardar a Constituição que for adotada, desempenhar fiel e lealmente o mandato que me foi confiado e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil".

O novo parlamentar gaúcho acha que o compromisso inscrito no regimento interno vigente diz respeito, exclusivamente, à posse de deputado federal, mas não de deputado constituinte. Além disso, importaria, no acatamento da Carta de 67, com a redação da emenda de 69, da Junta Militar. Para Nelson Jobim, os deputados federais, por terem recebido poderes constituintes originários, não podem comprometer-se nem jurar Constituição alguma senão àquela que vierem a promulgar no exercício da função que lhe delegou o povo brasileiro. É uma boa tese.

A discussão poderá render, apesar do prazo exíguo para uma solução. No dia 1º de fevereiro haverá três instalações: pela manhã, das legislaturas da Câmara e do Senado, e à tarde, da Assembleia Constituinte. Os que defendem a Constituinte exclusiva estão estudando a maneira adequada de impedir a eleição das Mesas do Senado, marcada para o dia 1º de fevereiro, pela manhã, e da Câmara, dia 2, 24 horas após a sessão solene de instalação da Assembleia Nacional Constituinte.

Para instalar a Constituinte, nos termos da emenda que a convocou, deputados e senadores terão de reunir-se, unicameralmente. Para isso, terão, antes, de assumir os respectivos mandatos. O Senado não perdeu tempo: na mesma sessão de instalação da nova Legislatura será eleita a nova Mesa Diretora. Com dirigentes eleitos, dificilmente o Senado deixará de funcionar. Não haveria condições políticas de cassar os dirigentes eleitos.

Mesmo assim, deputados eleitos, deputados que estão retornando ao Legislativo e vários reeleitos estão juntos na mesma batalha: a favor da Constituinte exclusiva, tentando evitar o funcionamento simultâneo com o Senado e a Câmara. O deputado eleito pelo PMDB de S. Catarina, Paulo Macarini, de marcante atuação parlamentar na década de 60 — foi cassado pelo AI-5 — está retornando e defendendo a Constituinte exclusiva.

Para Nelson Jobim, a Assembleia Constituinte "é poder político que se sobrepõe a todos os poderes constituídos". Ele considera falso afirmar que a Constituinte, convocada como foi, por emenda votada segundo normas vigentes, não se pode ter como efetivamente livre e soberana.

O novo parlamentar propôs, ainda, que seja mantida a Constituição de 67, confirmando, também, a investidura do atual presidente da República. O prazo do seu mandato será objeto de fixação nas disposições transitórias da Constituição a ser promulgada.

Durante o período de elaboração da Constituição, pela emenda Jobim, o presidente da Assembleia Constituinte e o presidente do Supremo Tribunal Federal serão, sucessivamente, os substitutos eventuais do presidente da República. Justificando a proposta de confirmar a investidura de José Sarney, ele acentuou que, como poder constituinte originário, a Constituinte tem de se manifestar sobre a questão. Presidente da República é um poder constituído que se fundamenta no sistema constitucional ao qual a Assembleia Constituinte não está sujeita — na sua opinião.

A emenda Nelson Jobim trata, também, da manutenção do Poder Legislativo ordinário — Câmara e Senado — durante o funcionamento da Assembleia Constituinte. Ulysses Guimarães, Pimenta da Veiga e muitos outros tentaram, sem êxito, criar comissão especial com atribuições de legislativo ordinário. O Senado não aceitou.

Da mesma forma que o deputado mineiro Oscar Correa, o deputado Jobim propõe a criação, pela Constituinte, de uma comissão para dar parecer sobre matérias de legislação ordinária submetidas à Assembleia, além de restringir, substancialmente, a iniciativa de leis ordinárias. Dessa comissão participariam os senadores eleitos em 1982 — que não teriam poderes constituintes.

A emenda inclui um dispositivo que dificilmente seria aceito: a Câmara e o Senado não se reunirão até a promulgação da nova Constituição. Sendo estrepante, Nelson Jobim deve conhecer muito pouco o Senado e poucos senadores e não deve conhecer a Câmara, nem os deputados reeleitos. De qualquer forma, vale o seu esforço para evitar o caos constituinte, Senado, Câmara e Congresso funcionando simultaneamente.

F.M.

## Parlamentarismo na pauta

A cada dia cresce no Congresso o número de adeptos do regime parlamentarista. Os novos parlamentares constituintes, à medida que aparecem em Brasília, revelam-se a favor do governo parlamentar, convencidos de que não há mais condições de sustentar o regime quase monárquico, do presidencialismo todo-poderoso.

Muitos dos dirigentes e líderes do PMDB que participaram das reuniões de quarta-feira, com ministros de Sarney — Dilson Funaro, João Sayad, Almir Pazzianotto e José Hugo Castelo Branco —, deixaram o local com gosto pelo parlamentarismo. Apreciaram muito sabatinar ministros, cobrando providências, reclamando da retórica, exigindo passar da teoria à prática.

O próprio líder do PMDB e do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, pretende apresentar na Assembleia Constituinte proposta de governo parlamentarista. Ele ainda não definiu como seria, mas já decidiu submeter a questão ao debate. A tendência é a de um parlamentarismo misto, permitindo a escolha de ministros não parlamentares, mas com o presidente eleito pelo voto direto (modelo francês). No PMDB e no PFL há numerosos defensores do parlamentarismo.

O senador Pedro Simon, governador eleito pelo PMDB ao governo gaúcho, confessou: na oposição era presidencialista; no governo, virou parlamentarista.

Os parlamentaristas não se mostram muito preocupados com as crises constantes que se registram na França, na Itália, na Espanha, países parlamentaristas e com partidos solidificados.

### Novos inquilinos

O antigo local no Senado onde funcionou o gabinete do presidente da Arena e, depois, do PDS, está sendo reformado. Suas paredes já foram derrubadas. Por ali passarão Petrônio Portella, Francisco Petrára, José Sarney, Augusto Franco, Amaral Peixoto. Agora, serão montados dois gabinetes, destinados a duas "estrelas" em ascensão do PMDB — senadores Mário Covas e José Richa.

### Prestígio

Dois ex-líderes do PDS, Aloísio Chaves e Prisco Viana, estão em alta no PFL e no PMDB, respectivamente, partidos que adotaram por que se elegeram para a Câmara. Os dois deverão exercer funções de destaque na Assembleia Constituinte.